

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de dezembro de 2022 às 07h51
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Direitos Autorais

Taylor Swift: Processo que acusa cantora de plágio em 'Shake It Off' é encerrado após 5 anos . . . 3

Folha.com | BR

Patentes

Empresa abre mão de patente contra uso tradicional de mesalina 4
MARCELO LEITE

APAGADO - Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Seminário debate modernização do sistema brasileiro de patentes 6

Blog Direto da Fonte - Estadão | BR

Direitos Autorais

Entenda o que faz cada órgão do Ministério da Cultura 8

Migalhas | BR

Entidades

Isabella Estabile vence o prêmio "INTA Tomorrow's Leader Award" - Migalhas 10

Taylor Swift: Processo que acusa cantora de plágio em 'Shake It Off' é encerrado após 5 anos

Taylor Swift: Processo que acusa cantora de plágio em 'Shake It Off' é encerrado após 5 anos Foto: Thilo Schmuellen/Reuters

Compositores da música 'Playas Gon' Play', do grupo 3LW, alegavam que a artista copiou trechos da canção

A cantora Taylor Swift e os compositores Sean Hall and Nathan Butler chegaram a um acordo sobre o processo de **direitos** autorais da música Shake It Off que corria há cinco anos. A dupla alegava que ela havia copiado trechos da faixa Playas Gon' Play, interpretada pelo grupo 3LW em 2001, para criar o hit lançado em 2014 no álbum 1989. Leia também Segundo a revista Billboard, um documento foi enviado a uma corte da Califórnia, nos Estados Unidos, na última segunda, 12, no qual Hall e Butler pedem que o juiz "anule a ação em sua totalidade". No arquivo, não fica claro se houve algum tipo de negociação ou troca entre Taylor e os compositores, como um acordo financeiro ou mudança nos créditos da música.

Antes do encerramento do processo, um julgamento estava marcado para janeiro de 2023. O caso teve iní-

cio em 2017, quando Hall e Butler alegaram que Taylor havia copiado frases como "haters gonna hate" e "players gonna play".

Um juiz havia arquivado o caso em 2018, afirmando que os trechos seriam muito "banais" para terem sido plagiados, mas ele foi reaberto em 2021 depois de uma apelação que foi acolhida.

Em seguida, os advogados da cantora pediram novamente que o processo fosse descartado, mas um juiz distrital negou o pedido, alegando que a ação deveria passar por um julgamento por existirem "similaridades suficientes".

Já em agosto de 2022, Taylor enviou um documento ao tribunal no qual corria o processo, afirmando que a música Shake It Off foi "totalmente escrita" por ela e que a primeira vez que havia escutado Playas Gon' Play foi "depois que a alegação foi feita".

Compare as músicas:

*Estagiária sob supervisão de Charlise Morais

Empresa abre mão de patente contra uso tradicional de mescalina

São Paulo

Ilustração de Raphael Egel - - @liveenlightenment

A questão da propriedade intelectual (**patentes**) e da reciprocidade com comunidades tradicionais no renascimento psicodélico sempre foi espinhoso. Um tanto de criatividade e coragem, porém, pode fazer a controvérsia avançar, como vem tentando a empresa Journey Colab com seu "compromisso de **patente**" (patent pledge and statement).

Fundada em 2020, a Journey desenvolve uma mescalina sintética para testar como tratamento para transtorno de uso de álcool (alcooolismo). Batizou o composto de JOUR-5700. Como outras companhias da área, incluiu a propriedade intelectual em seu plano de negócios, mas não sem antes fazer uma consulta a várias partes interessadas, incluindo indígenas.

Substâncias como mescalina (peiole), psilocibina (cogumelos) e dimetiltryptamina (a DMT da ayahuasca e da jurema-preta) são usadas há séculos ou milênios por povos indígenas. Por princípio, isso impediria falar de **inovação** tecnológica que mereça privilégio patenário, exclusividade de direitos sobre a alegada invenção.

Após o processo de consulta, a empresa publicou um "documento branco" (white paper) em que assume uma série de compromissos sobre patentes, equidade e reconhecimento do papel de comunidades originárias com tradição no uso desses recursos medicinais da natureza. Ali se compromete a estabelecer um Fundo de Reciprocidade reservando 10% do capital inicial e de receitas para apoiar esses povos e iniciativas que ampliem o acesso às "plantas de po-

der".

"Nossa intenção é nunca aplicar nossas patentes sobre mescalina contra o uso não comercial da mescalina derivada naturalmente ou de plantas contendo mescalina, ou contra certas práticas cerimoniais e tradicionais, incluindo e em particular o uso indígena do peiole", reza o compromisso.

"Mais ainda, nossa intenção é que todos os futuros detentores de patentes sejam vinculados da mesma maneira." Em seguida, a Journey declara que a promessa é legalmente vinculante e irrevogável, incluindo qualquer parceiro ou licenciado.

A firma decidiu buscar uma abordagem de desenvolvimento isenta de risco pedindo o consentimento de comunidades que usam compostos psicodélicos naturais. Acredita que o sucesso da Journey por essa via criará enorme valor para seus acionistas, aí incluídos as comunidades indígenas, por meio do fundo.

Até a publicação do compromisso, a empresa havia levantado US\$ 15,7 milhões (R\$ 83 milhões) de investidores. O fundo também é irrevogável, mesmo por futuros proprietários.

"A Journey Colab acredita fortemente que uma produção totalmente sintética de mescalina, que evite por completo o uso dos cactos peiole e San Pedro, ou qualquer outra planta em que a mescalina ocorra naturalmente tanto respeita preocupações culturais e ecológicas quanto abre o caminho a uma fonte sustentável para o mercado clínico."

O Fundo de Reciprocidade Journey será administrado de maneira independente por um comitê

Continuação:
Empresa abre mão de patente contra uso tradicional de mescalina

de gestão, separado do corpo de executivos da companhia. Os membros da comissão serão preferencialmente de origem indígena, e a empresa se compromete a incluir representantes de etnias também na gestão corporativa, mas essa representação só será definida quando houver recursos disponíveis para repasse.

A Journey afirma que a iniciativa é a primeira do gênero e que decorreu de ter montado uma equipe diversificada, que entende a importância potencial dessas terapias e também de compartilhar valor com as comunidades impactadas e marginalizadas. Admite, por fim, que isso poderá ser um empecilho para potenciais parceiros.

"Desenvolver uma estrutura corporativa que desafie o status quo não é fácil. A Journey Colab precisa de aliados e investidores alinhados com a missão, que entendam o capital como ferramenta para facilitar curas. (...) A experiência da Journey Colab demonstra que o modo como se constrói algo é tão importante quanto aquilo que se está construindo."

Para saber mais sobre a história e novos de-

envolvimentos da ciência nessa área, inclusive no Brasil, procure meu livro "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira".

Não deixe de ver também as reportagens da série "A Ressurreição da Jurema":

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/07/reporter-counta-experiencia-de-inalar-dmt-psicodelico-em-te-1>

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/07/da-caatinga-ao-laboratorio-cientistas-investigam-efeito-anti-1>

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/07/cultos-com-alucinogeno-da-jurema-florescem-no-nordeste.shtml>

Cabe lembrar que psicodélicos ainda são terapias experimentais e, certamente, não constituem panaceia para todos os transtornos psíquicos, nem devem ser objeto de automedicação. Fale com seu terapeuta ou médico antes de se aventurar na área.

Seminário debate modernização do sistema brasileiro de patentes

Realizado pela Abinee, evento acontece dia 16/12, 9h30, pelo Zoom. Evento Seminário debate modernização do sistema brasileiro de patentes Realizado pela Abinee, evento acontece dia 16/12, 9h30, pelo Zoom. Da Redação terça-feira, 13 de dezembro de 2022 Atualizado às 07:34 CompartilharComentarSi ga-nos no A A

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) realiza nesta sexta-feira (16/12), a partir das 9h30, o webinar "O desenvolvimento do sistema de patentes brasileiro à luz do Projeto de Lei 2056/2022". O evento, que tem o apoio do escritório Licks Attorneys, é aberto ao público e pode ser acompanhado on-line, através da plataforma Zoom.

O PL 2056/2022, de autoria do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), altera a Lei nº 5.648 de 1970 (que criou o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - **INPI**) e a Lei nº 9.279, de 1996 (a Lei da Propriedade Industrial - LPI), que regula direitos e obrigações relativos às **patentes** de invenções.

As medidas sugeridas no PL buscam modernizar o sistema brasileiro de patentes, defasado em comparação aos dos países que competem conosco. A eficácia na **concessão** de patentes, a cargo do **INPI**, está diretamente ligada tanto ao incremento da pesquisa e inovação no país como ao investimento em novas fábricas e serviços modernos ainda não disponíveis no Brasil, tanto para o mercado nacional como para exportação.

Painelistas

Humberto Barbarto, presidente da Abinee, fará a

abertura do webinar. Em seguida, Otto Licks, sócio do Licks Attorneys, apresentará os principais pontos do PL 2056/2022.

O seminário está dividido em quatro painéis. O primeiro deles, "A importância do sistema de **patentes** para a indústria das tecnologias de informação e comunicação", reunirá o advogado Luis Felipe Salomão Filho, vice-presidente da Comissão Especial do 5G, Padrões Técnicos e **Inovação** Tecnológica da OAB/RJ e sócio do Salomão, Kaiuca, Abraão, Rapposo e Cotta Sociedade de Advogados, e Zhijian Wu, diretor de **Propriedade** Intelectual (Américas) da multinacional chinesa Huawei.

O segundo painel abordará "Os instrumentos do projeto de lei 2056/2022 para a preservação da exclusividade do exercício da jurisdição brasileira pelo poder judiciário nas esferas estaduais e federais", temas que serão debatidos por Celso Albuquerque, professor doutor de Direito Constitucional e membro do Grupo de Pesquisa em **Propriedade** Intelectual da UNIRIO, além de Procurador Regional da República, e pelo advogado Rodolfo Barreto, coordenador da Comissão Especial do 5G, Padrões Técnicos e **Inovação** Tecnológica da OAB/RJ e sócio do Licks Attorneys.

Em seguida, a desembargadora aposentada Liliane Roriz, presidente da Comissão Especial do 5G, Padrões Técnicos e **Inovação** Tecnológica da OAB/RJ e sócia do Licks Attorneys, comandará o terceiro painel ("O exercício de excluir terceiros"). O quarto e último painel tem como tema "Consequências da inclusão de tecnologias patenteadas em padrões tecnológicos", e contará com Ícaro Leonardo da Silva,

Continuação: Seminário debate modernização do sistema brasileiro de patentes

diretor de **Propriedade** Intelectual da Ericsson, e Carlos Aboim, [^] sócio do Licks Attorneys. O encerramento será feito por Regis Arslanian, embaixador aposentado e sócio do Licks Attorneys.

Programação, .

Inscrições, .

[^]

[^]

Entenda o que faz cada órgão do Ministério da Cultura

Além das secretarias, órgão é responsável por instituições como a Ancine, a Biblioteca Nacional, a Fundação Palmares e o Iphan; conheça a função de cada um

O Ministério da Cultura, transformado na gestão Bolsonaro em Secretaria Especial da Cultura, é composto por seis secretarias e tem, ainda, sete órgãos vinculados, como a Biblioteca Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Ancine. Margareth Menezes, cantora e fundadora da Associação Fábrica Cultural, será a nova ministra da Cultura a partir da posse de Lula, em 1º de janeiro de 2023.

No governo Bolsonaro, a área, sob o comando de diferentes secretários, foi palco de inúmeras polêmicas. Entre elas, Roberto Alvim, então secretário, fazendo apologia ao nazismo, a presença de Sergio Camargo, que disse que a escravidão foi benéfica aos descendentes, na presidência da Fundação Palmares, e a defesa do incentivo a porte de arma com verba da secretaria, pelo policial André Porciuncula, à época secretário de Fomento e atual secretário especial de Cultura.

Veja a seguir a função de cada um dos órgãos e secretarias

Secretaria do Audiovisual

Entre as competências da Secretaria do Audiovisual estão a formação, produção inclusiva, regionalização, difusão não comercial, democratização do acesso e preservação dos conteúdos audiovisuais brasileiros, além de fiscalizar as metas firmadas entre ela e a Ancine (sobre a Ancine abaixo). Criada em 1992, ela é responsável por editais de fomento à produção audiovisual brasileira. A secretaria conta com duas unidades - uma no Rio, o Centro Técnico Audiovisual, e outra, a Cinemateca

Brasileira, em São Paulo.

Secretaria de **Direitos** Autorais e Propriedade Intelectual

Ela atua como órgão regulador e fiscalizador, estabelecendo as bases para que a política de proteção dos **direitos** autorais seja aprimorada e avance para outros campos da cultura, como o audiovisual, o teatro e as plataformas de conteúdo digital.

Secretaria da Diversidade Cultural

O papel da Secretaria da Diversidade Cultural, segundo o governo, é articular e coordenar políticas para promoção do desenvolvimento humano. Ela é responsável pelas políticas para a diversidade e cidadania culturais, pela articulação do Sistema Nacional de Cultura, pela coordenação do Conselho Nacional de Política Cultural, pelo monitoramento do Plano Nacional de Cultura, pela gestão do Programa Nacional de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais e pela Política Nacional de Cultura Viva.

Secretaria da Economia Criativa

A Secretaria da Economia Criativa busca formular, implementar e articular linhas de financiamento para empreendimentos culturais; contribuir para a formulação e a implementação de ferramentas e modelos de negócio sustentáveis para empreendimentos culturais; instituir e apoiar ações de promoção dos bens e serviços culturais brasileiros no País e no exterior; e articular e conduzir o mapeamento da economia da cultura brasileira. Também cabe a esta secretaria coordenar a formulação e a implementação da política de acesso ao livro e à leitura, além do fortalecimento das bibliotecas públicas. Ela abrange o Departamento de Empreendedorismo Cultural e o Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bi-

Continuação: Entenda o que faz cada órgão do Ministério da Cultura

bibliotecas.

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura

Continua após a publicidade

A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura é responsável por formular diretrizes gerais e dar publicidade aos critérios de alocação e de uso dos mecanismos de fomento e incentivo à cultura e do Fundo Nacional da Cultura, em conjunto com as outras unidades da Secretaria Especial da Cultura. Além disso, planeja, coordena e supervisiona a operacionalização do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e atua na aprovação, monitoramento e prestação de contas de projetos culturais e do Vale Cultura.

Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural

Seu objetivo é construir, reformar e modernizar os equipamentos culturais. Entre seus programas e linhas de ação, estão as Estações Cidadania, o planejamento e implementação do programa de reforma, atualização e revitalização de equipamentos culturais e de promoção de modernização e adequação de bibliotecas, além da instalação de bibliotecas dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Instituições vinculadas à Secretaria Especial da Cultural

Isabella Estabile vence o prêmio "INTA Tomorrow's Leader Award" - Migalhas

A advogada **Isabella** Estabile, sócia do escritório **Kaszner** Leonardos | Propriedade Intelectual, venceu o prêmio "Tomorrow's Leader Award", concedido pela **International** Trademark Association, entregue na "INTA's 2022 Leadership Meeting", realizada em Miami/Flórida. A associação reconhece, anualmente, os novos profissionais que se destacam na área de Propriedade Intelectual em escala regional e global. A especialista também foi recentemente reconhecida como "Rising Star" pela "Leaders League".

Isabella Estabile (Imagem: Divulgação)

Isabella direcionou a atuação ao universo da biodiversidade, cumprindo o papel significativo de intermediar as relações entre grandes empresas e povos

tradicionais que vivem em diferentes regiões do Brasil - a exemplo da Amazônia. Além de orientar o uso responsável e legal de questões associadas ao conhecimento tradicional, atua auxiliando as certificações legais e aprovações de entrada nesses territórios.

"**Empoderar** as pessoas com as quais tenho a oportunidade de conviver, como as comunidades tradicionais, por exemplo, para que elas conheçam seus direitos e, conseqüentemente, gerar um impacto positivo no mundo, tem sido a minha missão. Ganhar este prêmio significou a concretização do meu sonho mais genuíno: ser uma advogada que desempenha um papel positivo na sociedade", concluiu a especialista.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 8

Inovação

4, 6

Patentes

4, 6

Propriedade Intelectual

6

Marco regulatório | INPI

6

Entidades

10